



## Capa

Tipo	Pregão
Valor	R\$ 4.669.664,66
Critério de Julgamento	MENOR PREÇO
Modo de Disputa	Aberto e Fechado
Preferência ME/EPP	Sim
Tecnologia da Informação e Comunicação	Não
Margem de Preferência	Não
SRP	Sim
Sigilo	Não

OK



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026**  
Processo Administrativo nº 64540.006567/2025-21

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) 4o GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA, CNPJ 09.622.067/0001-32, por meio do(a) Setor de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Duque de Caxias, 01, bairro Wenceslau Braz, na cidade de Sete Lagoas/MG, CEP 35701-970, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 20/05/2026

Hora Inicial : 10:00

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar; manutenção preventiva e corretiva de câmara de congelamento, com fornecimento de peças, componentes e acessórios novos e originais; e compra de tubo de cobre e gás para o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea, sediado em Sete Lagoas-MG e demais Unidades da 4ª Região Militar, sediadas em Belo Horizonte-MG conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual- MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,

acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/ Grupo	Periodicidade
1	Grupo I	Unitário
2	Grupo II	Unitário
3	Grupo III	Unitário
4	Grupo IV	Unitário
5	Grupo V	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/ Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Grupo I	R\$ 1,00
2	Grupo II	R\$ 1,00
3	Grupo III	R\$ 1,00
4	Grupo IV	R\$ 1,00
5	Grupo V	R\$ 1,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme item 5.3 do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal- Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoesb.4rm.eb.mil.br/home>

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: portal de compras de governo federal e pelo e-mail- [licitacao4g@gmail.com](mailto:licitacao4g@gmail.com)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília- DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoesb.4rm.eb.mil.br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I- Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Termo de Ciência e concordância

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I – Planilha de Necessidades

16.11.1.4. Apêndice IV do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

16.11.3. ANEXO III - Minuta do Termo de Contrato

16.11.4. ANEXO IV – IMR (modelo de instrumento de medição de resultado)

16.11.5. ANEXO V – Declaração de vistoria

16.11.6. ANEXO VI – Declaração de renúncia de vistoria

Sete Lagoas-MG, 30 de abril de 2026

**LUCIANO PINHEIRO CARDOSO – Ten Cel**  
Ordenador de Despesas do 4º GAA Ae



MINISTÉRIO DE DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

(Processo Administrativo nº 64540.006567/2025-21)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado e manutenção preventiva e corretiva de câmara de congelamento, com fornecimento de peças componentes e acessórios novos e originais, e compra de tubo de cobre e gás, destinados ao 4º GAAe, sediado em Sete Lagoas-MG e demais participantes do GCALC da 4ª Região Militar, sediados em Belo Horizonte-MG, nos termos do apêndice III (Planilha de Necessidades) anexo a este Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados da data da emissão da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

4.1.2 Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.1.2.1. não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

4.1.2.2. durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

4.1.2.3. é obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

4.1.2.4. as substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

4.1.2.5. é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.1.2.6. quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.1.2.7. a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.1.2.7.1. quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração;

4.1.2.7.2. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

## **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das **10:30** horas às **16:00** horas e sexta-feira, das **09:00** horas às **11:00** horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato ou da emissão da Nota de Empenho, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogados mediante autorização da Contratante diante de documento de solicitação contendo justificativa pela Contratada.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. **A contratada deverá dispor de oficina na em Belo Horizonte ou região metropolitana**, tendo em vista o fluxo de manutenção preventiva, a impossibilidade de agendamento de manutenção corretiva e a urgência em atendimento das mesmas;

5.1.2.2. Caso seja necessário os serviços de manutenção corretiva nos equipamentos serão executados fora do ambiente do 4º GAAAE, 4ª RM, CPOR/CM BH, 4º CIA COM L e 12 BIL (ou Organização Militar contratante) em oficina da empresa contratada;

5.1.2.3. Os serviços de manutenção preventiva nos equipamentos serão executados dentro ambiente da 4º GAAAE, 4ª RM, CPOR/CM BH, 4º CIA COM L e 12 BIL (ou Organização Militar contratante);

5.1.2.4. Os serviços serão executados no horário de expediente do Órgão (devendo a Contratada se informar desse horário através de e-mail ou telefone) e nos locais de entrega contidos neste TR;

5.1.2.5. Só será realizada a manutenção em equipamentos efetivamente instalados.

5.1.2.6. Os serviços de manutenção e instalação deverão ser executados por profissionais habilitados (técnicos /mecânicos de refrigeração), de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo normas técnicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes;

5.1.2.7. O licitante declarado vencedor do certame em questão fica obrigado a realizar uma visita de inspeção técnica, no local, listando qual(is) os materiais, e serviço(s) são necessário(s) para correção do(s) problema(s) apresentado(s);

5.1.2.8. Os serviços somente serão executados mediante prévia emissão de Nota de Empenho (NE) assinada pelo Ordenador de Despesas, e apresentação desta ao fornecedor, enviada por e-mail pela Seção Requisitante do Órgão;

5.1.2.9. O fato de a NE constar para consulta no Portal da Transparência do Governo Federal não autoriza ao fornecedor a execução dos serviços, devendo a Contratada receber a NE assinada para cômputo do prazo de início, ficando vedada a execução de serviço sem o recebimento da NE assinada;

5.1.2.10. Para a execução dos serviços de instalação e manutenção de ar-condicionado, a contratada deverá executar os serviços em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do início da execução do serviço por parte da Contratada;

5.1.2.11. A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a perfeita execução do contratual, conforme disposto neste Termo de Referência;

5.1.2.12. A Contratada deverá dispor de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e acessórios, e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) normatizados necessários à execução dos serviços;

5.1.2.13. Os funcionários deverão trajar uniforme da empresa e identificação funcional para acessar os locais dos serviços;

5.1.2.14. Os serviços serão executados nos aquartelamentos de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 16:00h, salvo casos extraordinários em que exista justificativa constante em Ordem de Serviço; e

5.1.2.15. A contratada deverá apresentar no mínimo 90 (noventa) dias de garantia dos serviços prestados, garantindo o pleno funcionamento das máquinas mantidas.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços e horários:

5.2.1 **4º Grupo de Artilharia Antiaérea (4º GAAAE) – UGG:** Av. Duque de Caxias, nº 01, Bairro Wenceslau Brás, CEP: 35701-970, Sete Lagoas-MG. Telefones: (31) 3508-9743 e/ou 3508-9745. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:30 às 11:00 e das 13:30 às 15:30 horas e sexta-feira das 08:30 às 11:00 horas. E-mail do Setor SALC: salc4g@gmail.com

5.2.2 **Comando da 4ª Região Militar (Cmddo 4ª RM) – UGP:** Av. Raja Gabáglia, nº450, Bairro Gutierrez, CEP: 30441-070, Belo Horizonte-MG. Telefones: (31) 3326-4919, 3508-9500 ou (31) 3508-9554 e 3508-985. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas. E-mail do Setor SALC 4ª RM: licita4rm@gmail.com

5.2.3 **12º Batalhão de Infantaria Leve (12º BIL) – UGP:** Rua Tenente Brito Melo, s/n, Bairro Barro Preto, CEP: 30180-470, Belo Horizonte-MG. Telefones: (31) 3291-7996, 3295-4088 ou (31) 3337-9544. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas. E-mail do Setor SALC 12º BIL: licita12bil@gmail.com

5.2.4 **4ª Companhia de Comunicações Leve (4ª Cia Com L) – UGP:** Av. Perimetral Sul, nº 1200, Bairro São Francisco, CEP: 31255-040, Belo Horizonte-MG. Telefones: (31) 3441-3433, 3443-1770 ou (31) 3308-4538. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas. E-mail do Setor SALC 4ª Cia Com L: licitacoes.4ciacom@gmail.com

5.2.5 **Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte – UGP:** Av. Marechal Esperidião Rosas, número 400, Bairro São Francisco, Belo Horizonte - CEP 31255-000 - Minas Gerais. Telefone: (31) 3326-4972 ou 3508-9620. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 07:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas. E-mail do Setor SALC CPOR/CMBH: licitacporcmbh@gmail.com

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.1.1A Contratante realizará contato formal com a contratada, tendo em vista acionar a empresa contratada para que esta possa realizar o serviço objeto do contrato em vigor e/ou da Nota de Empenho; após isso, a empresa terá cinco dias úteis para iniciar a execução do serviço em questão, no local destinado para isso, conforme o caso, e, após o início do serviço, 48 (quarenta e oito) horas para executar o serviço completo;

5.1.2Após a execução do serviço, a contratante realizará o recebimento provisório e definitivo do mesmo e, após constatar a realização do serviço pela contratada, liquidará a Nota Fiscal correspondente ao serviço realizado, iniciando o prazo para realização do pagamento propriamente dito da contratada pelo serviço que esta executou.

5.1.3Materiais a serem disponibilizados para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, não podendo ser usado materiais reconicionados, avariados, fora do prazo de validade, desgastados ou que ofereçam risco à segurança.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1Todas as peças e acessórios aplicados nos equipamentos deverão ser originais do fabricante ou similares, e sem uso prévio, desde que com as mesmas especificações técnicas e qualidade da peça original a ser substituída. Assim, as peças, componentes, acessórios e outros materiais, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou pelo comércio e indústria especializada e afins, deverão ser definidas pelas seguintes características e procedências:

5.2.1.1. Originais produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante e constante de seu catálogo, certificadas pelo INMETRO; ou

5.2.1.2. De outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação de autorização formal da Administração, certificadas pelo INMETRO.

5.2.2Com o intuito de ter um fiel cumprimento dos serviços contratados, segue abaixo a descrição dos serviços que compõem a manutenção e instalação dos aparelhos de refrigeração dos órgãos Gerenciador e Participantes:

5.2.2.1. Serviço de manutenção preventiva **nos aparelhos de ar condicionado com substituição de peças:** consiste no serviço de Lubrificação e Limpeza, com desmonte do aparelho, sendo realizada a verificação da funcionalidade do equipamento de forma geral por meio de análise de componentes pré-determinados, e posterior montagem do aparelho no mesmo local em que o mesmo estava instalado antes da manutenção realizada.

5.2.2.2. Limpeza completa e higienização com produtos apropriados, com desmontagem e montagem da máquina; revisão de todos os componentes elétricos e mecânicos; calibração e complementação de carga de gás, limpeza do condensador e evaporador, limpeza do filtro de ar, limpeza dos ventiladores (axial e centrífugo), testes de atuação dos componentes elétricos, verificação da voltagem e amperagem, verificação da instalação elétrica do aparelho, reaperto dos parafusos de fixação dos ventiladores (axial e centrífugo) e tampas dos compartimentos, lubrificação de todas as partes móveis, substituição da fiação avariada ou troca dos terminais oxidados, limpeza e retoque da pintura do compressor a parte interna do gabinete, verificação com troca, se necessário, do amortecedor do motor dos ventiladores e compressor.

5.2.2.3. Serviço de manutenção preventiva, com substituição de peças, **no compressor de ar condicionado** consiste em Teste de pressão e vazão: Avaliação do desempenho do compressor; Verificação de óleo lubrificante: Nível, qualidade e eventual necessidade de troca e Teste de funcionamento geral: Análise do tempo de ciclo, desligamento automático e eficiência do compressor. O serviço de manutenção e reparo com fornecimento de peças de reposição: consiste no serviço de reposição de peças de desgaste comum, tais como: rolamentos e mancais, válvulas de sucção e descarga, bobinas e termostatos, correias e polias, óleo lubrificante e placa de

controle eletrônico (em compressores modernos), etc. Engloba a revisão e reparo do compressor, incluindo a troca de peças danificadas.

#### 5.2.3 Serviço de manutenção corretiva nos aparelhos de ar condicionado com substituição de peças:

5.2.3.1. Manutenção corretiva e serviço de recarga com fornecimento de gás: compreende a recarga de gás refrigerante, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Recarga de gás refrigerante para otimizar o desempenho do sistema. Gás Utilizado: Seleção conforme especificações do fabricante.

5.2.3.2. Manutenção corretiva e serviço de substituição com fornecimento de componentes eletrônicos termostato: compreende a troca do componente termostato, com o fornecimento da SV 0 1 1500 peça, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Itens Substituídos: Termostato. Fornecimento de componentes de qualidade para assegurar funcionamento adequado, (original, nova, sem uso, não podendo ser remanufaturada ou recondicionada).

5.2.3.3. Manutenção corretiva e serviço de substituição com fornecimento de componentes eletrônicos da placa eletrônica principal. Compreende a troca do componente placa eletrônica principal, com o fornecimento da peça, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Itens Substituídos: placa eletrônica principal. Fornecimento de componentes de qualidade para assegurar funcionamento adequado, (original, nova, sem uso, não podendo ser remanufaturada ou recondicionada)

5.2.3.4. Manutenção corretiva e serviço de substituição com fornecimento de componentes eletrônicos para placa eletrônica receptora. Compreende a troca do componente placa eletrônica receptora, com o fornecimento da peça, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Itens Substituídos: placa eletrônica receptora. Fornecimento de componentes de qualidade para assegurar funcionamento adequado, (original, nova, sem uso, não podendo ser remanufaturada ou recondicionada).

5.2.3.5. Manutenção corretiva e serviço de substituição com fornecimento de componentes da hélice da condensadora, com o fornecimento da peça, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Fornecimento de componentes de qualidade para assegurar funcionamento adequado, (original, nova, sem uso, não podendo ser remanufaturada ou recondicionada)

5.2.3.6. Manutenção corretiva serviço de substituição com fornecimento de componentes do motor do ventilador da condensadora, com o fornecimento da peça, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Fornecimento de componentes de qualidade para assegurar funcionamento adequado, (original, nova, sem uso, não podendo ser remanufaturada ou recondicionada)

5.2.4 Serviço de manutenção corretiva, com substituição de peças, **no compressor de ar condicionado**, engloba a revisão e reparo do compressor, incluindo a troca de peças danificadas. Manutenção corretiva e serviço de substituição com fornecimento de componentes eletrônicos do capacitor de fase do compressor. Compreende a troca do componente capacitor, com o fornecimento da peça, abrangendo aparelhos CONDICIONADOR DE AR SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, tipo convencional ou inverter, com função quente ou frio, nacional ou importado. Itens Substituídos: capacitor. Fornecimento de componentes de qualidade para assegurar funcionamento adequado, (original, nova, sem uso, não podendo ser remanufaturada ou recondicionada)

5.2.5 Compreende ainda o diagnóstico de falhas, reparo de vazamentos por meio de solda ou reaperto, substituição de peças danificadas (rolamentos, selos, válvulas, componentes elétricos e similares), rebobinamento do motor (quando aplicável), carga de gás refrigerante (quando necessário) e realização de testes pós-reparo para verificação



do funcionamento adequado do equipamento, abrangendo aparelhos do tipo SPLIT e de parede de 7.000 a 60.000 BTUs, convencional ou inverter, com função quente e/ou frio, nacionais ou importados. Itens que podem ser substituídos: rolamentos, selos mecânicos, válvulas, componentes elétricos, entre outros. Fornecimento de componentes de qualidade, originais, novos, sem uso, não remanufaturados ou reconicionados, garantindo o desempenho adequado e a segurança do equipamento.

5.2.6 Serviço de instalação de aparelho Split, potências diversas: consiste nos serviços de instalação de novos aparelhos a serem adquiridos pelos órgãos gerenciador e participantes. Tais instalações deverão contemplar todos os materiais necessários incluindo as linhas de cobre, devidamente isoladas conforme especificações dos fabricantes, com comprimento de até 20 metros. Toda a tubulação e fiação deve correr por canaleta compatível com o volume dos mesmos. devem ser rigorosamente observados além das normas de instalação do fabricante do produto expressas no manual, as relativas a ligação elétrica (nº 5410) e de refrigeração (nº 6675) para a execução do serviço,

5.2.7 Serviço de manutenção preventiva em câmara de congelamento, câmara de resfriamento e contêiner frigorífico compreende A limpeza completa e higienização com produtos apropriados, com desmontagem e montagem da máquina; revisão de todos os componentes elétricos e mecânicos; calibração e complementação de carga de gás, limpeza do condensador e evaporador, limpeza do filtro de ar, limpeza dos ventiladores (axial e centrífugo), testes de atuação dos componentes elétricos, verificação da voltagem e amperagem, verificação da instalação elétrica do aparelho, reaperto dos parafusos de fixação dos ventiladores (axial e centrífugo) e tampas dos compartimentos, lubrificação de todas as partes móveis, substituição da fiação avariada ou troca dos terminais oxidados, limpeza e retoque da pintura do compressor a parte interna do gabinete, verificação com troca, se necessário, do amortecedor do motor dos ventiladores e compressor.

5.2.8 Serviço de manutenção corretiva em câmara de congelamento, câmara de resfriamento e contêiner frigorífico compreende a revisão eletroeletrônica, aplicação e fornecimento das peças, carga de gás com fornecimento de gás incluso (recarga de gás refrigerante para otimizar o desempenho do sistema. Gás utilizado: seleção conforme especificações do fabricante), e balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada incluindo a substituição de peças.

5.2.9 Serviço de manutenção preventiva e corretiva no compressor da câmara de resfriamento e da câmara de congelamento/contêiner frigorífico, engloba a revisão e reparo do compressor, incluindo a troca de peças danificadas. Manutenção corretiva e serviço de limpeza, verificação e ajuste de componentes (correias, conexões), verificação de nível de óleo (se aplicável) e testes de funcionamento com substituição de peças, diagnóstico de falhas, reparo de vazamentos com solda/reaperto, substituição de peças danificadas (rolamentos, selos, válvulas, componentes elétricos, etc.), rebobinamento (se aplicável), carga de gás refrigerante (quando necessário) e testes pós-reparo, com substituição de peças e de substituição com fornecimento de componentes eletrônicos do capacitor de fase do compressor. Compreende a troca do componente capacitor, com o fornecimento da peça. Compatibilidade: compressor de acordo com as especificações do fabricante. Segue abaixo quadro com as características e fotos dos equipamentos que compõem as câmaras de congelamento/resfriamento e contêiner frigorífico dos órgãos gerenciador e participante:

- 4º GAAAE:

CÂMARA DE RESFRIAMENTO – LEGUMES OU CARNES	MOTOR/MODELO	TIPO DE GÁS	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO EM TONELADAS	DIMENSÕES (CxLxH) (comprimento x largura x altura)
CARNES	MODELO HJM064D20Q MARCA DANFOSS 220V	134/404A	8,5 TONELADAS	3,1m x 3,1m x 2,1m
LEGUMES	MODELO 2,0HP / 220V / MARCA: ELGIN	R22	8,5 TONELADAS	3,5m x 2,5m x 2,1m



-CPOR/CMBH:

CÂMARA DE RESFRIAMENTO – LEGUMES OU CARNES	MOTOR/MODELO	TIPO DE GÁS	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO EM TONELADAS	DIMENSÕES (CxLxH) (comprimento x largura x altura)
Contêiner frigorífico	Compressor Transicold Carrier 06DR241BCC06c0 6,5HP	R134A	6 TONELADAS	5,85m x 2,35m x 2,8m

CÂMARA DE RESFRIAMENTO – LEGUMES OU CARNES	MOTOR/MODELO	TIPO DE GÁS	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO EM TONELADAS	DIMENSÕES (CxLxH) (comprimento x largura x altura)
Câmara de congelamento	Compressor Danfoss MT50-3F-220V	402B	4 TONELADAS	3,5m x 2,35m x 2,8m
Câmara de resfriamento	Compressor TFH4540F, 220V, 3F	R22	3 TONELADAS	3,94m x 2,8m x 2,8m







**- 12º BIL MTH:**

CÂMARA DE RESFRIAMENTO – LEGUMES OU CARNES	MOTOR/MODELO	TIPO DE GÁS	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO EM TONELADAS	DIMENSÕES (CxLxH) (comprimento x largura x altura)
Frigorífica	MOTOR DZRF25	R-22A	13 TONELADAS	4,2m x 3,5m x 2,3m
Resfriamento	MOTOR MMIC46EH1	R-22A	10 TONELADAS	3,2m x 3,7m x 2,3m
Descongelamento	MOTOR LAMID46E	R-22A	8 TONELADAS	2,7m x 2,2m x 2,6m



- 4ª RM:

CÂMARA DE RESFRIAMENTO – LEGUMES OU CARNES	MOTOR/MODELO	TIPO DE GÁS	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO EM TONELADAS	DIMENSÕES (CxLxH) (comprimento x largura x altura)
Legumes-QGI	Danfoss OP-HJZ019D20Q, 220v	R134A	4 TONELADAS	3,5m x 2,5m x 2,1m
Carnes – QGI	Danfoss HJZ040D49Q, 220v	R134A	4 TONELADAS	3,2m x 3,2m x 2,1m
Legumes- QGII	Condensadora Elgin 2HP, 220V	R134A	5 TONELADAS	2,3m x 3,7m x 2,6m
Carnes- QGII	Elgin modelo ECB2522T, 220V, 5HP	R404A	7 TONELADAS	5,4m x 2,05 x 2,5m
Carnes- QGII	Danfoss, HJZ050D20Q, 220V	R404A	5 TONELADAS	3,3m x 3,6m x 2,6m







- 4ª Cia Com L:

CÂMARA DE RESFRIAMENTO – LEGUMES OU CARNES	MOTOR/MODELO	TIPO DE GÁS	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO EM TONELADAS	DIMENSÕES (CxLxH) (comprimento x largura x altura)
Congelados	Compact Line, modelo: HCM018b20Q	Refrigerante R-22 HP81	10 TONELADAS	3,83m x 2,07m x 2,7m
Resfriados	Compact Line, modelo: HCM018b20Q	Refrigerante R-22 HP81	10 TONELADAS	3,76m x 2m x 2,7m



5.2.9.1. É conveniente salientar que alguns serviços elencados contêm peças que não foram inseridas nos estudos de precificação devido a incerteza de sua necessidade de uso. Assim, podem ocorrer substituições ou adequações de alguns serviços correlacionados com a manutenção dos equipamentos de refrigeração desde que previamente autorizado pelo fiscal da contratante, sem comprometimento do valor estabelecido na contratação.

5.2.9.2. Todas as operações que envolvem o objeto da presente licitação devem observar criteriosamente os manuais dos fabricantes e segundo normas técnicas.

5.2.9.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.2.9.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.9.5. A frequência das manutenções preventivas ou corretivas não serão fixas. Elas dependerão de alguns fatores, já que cada órgão definirá suas próprias necessidades:

5.2.9.6. Avaliação de cada órgão: Cada órgão fará uma análise individual dos seus aparelhos.

5.2.9.7. Histórico dos equipamentos: Aparelhos mais antigos ou com histórico de problemas podem precisar de manutenção mais frequente.

5.2.9.8. Intensidade de uso: Equipamentos utilizados com mais frequência podem requerer manutenções preventivas em intervalos menores.



5.2.9.9. Recomendações dos fabricantes: As orientações dos fabricantes sobre a frequência ideal de manutenção serão consideradas.

5.2.9.10. Condição do equipamento: A manutenção também poderá ser realizada com base na condição do aparelho, através de monitoramento e inspeções para identificar sinais de desgaste ou necessidade de intervenção.

5.2.9.10.1. Ocorrência de quebras: Em alguns casos, a manutenção preventiva pode ser acionada após a ocorrência de uma quebra, para evitar falhas futuras em outros equipamentos similares ou no mesmo aparelho após o conserto.

5.2.9.10.2. Portanto, a frequência será variável e definida individualmente por cada órgão, levando em conta esses diferentes aspectos.

5.2.9.10.3. Será designado militar responsável para a fiscalização da prestação do serviço quando o mesmo for solicitado através de Nota de Empenho.

5.2.9.10.4. Os contatos iniciais para execução do serviço poderão ser realizados através dos seguintes e-mails:

5.2.9.10.4.1. - 4º Grupo de Artilharia Antiaérea (4º GAAAE) - almoxarifado4@hotmail.com e pelo telefone (31) 3508-9745.

5.2.9.10.4.2. - Comando da 4ª Região Militar (Cmnd 4ª RM) – almox4rm@gmail.com e pelo telefone (31) 3326-4919, 3508-9500.

5.2.9.10.4.3. - 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha (12º BI L MTH), – licita12bil@gmail.com e pelo telefone (31) 3291-7996, 3295-4088.

5.2.9.10.4.4. - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte – licitacporcmbh@gmail.com e pelo telefone (31) 3326-4972;

5.2.9.10.4.5. - 4ª Cia de Comunicações Leve (4ª Cia Com) - licitacoes.4ciacom@gmail.com e pelo telefone (31) 3441-3433, 3443-1770; e

5.2.9.10.5. O serviço será avaliado de acordo com a Nota de Empenho, Nota Fiscal e o funcionamento do produto. Estes três estando em acordo o serviço será aceito e a NF será encaminhada ao Setor Financeiro, devidamente assinado, para seguir com os trâmites de pagamento.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.3. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no Anexo IV.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### **Recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1 Para fins de recebimento provisório considera-se concluída a etapa com a entrega, pela Contratada, do Relatório de Manutenção (Preventiva ou Corretiva) devidamente assinado pelo técnico responsável, acompanhado da respectiva Ordem de Serviço (se houver) atestada pelo fiscal local e, se houver substituição de peças, da relação de materiais aplicados.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/01/2026.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do *IPCA/IBGE*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme apêndice III (planilha de necessidades) deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de 10% (dez por cento) do **valor total estimado da contratação**.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30.2 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1 Para o técnico de refrigeração: serviços de refrigeração.

9.34.2 Comprovação de que o responsável técnico indicado pela licitante integra o seu quadro funcional ou societário, ou, ainda, possui vínculo profissional decorrente de contrato de prestação de serviços regido pela

legislação civil comum, sendo que tal condição somente será exigida do licitante vencedor e como condição para a assinatura do contrato.

9.34.3 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

- 9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.669.664,66 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos no apêndice III (planilha de necessidades) deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Sete Lagoas-MG, 04 de maio de 2026.

**LUCIANO PINHEIRO CARDOSO – Ten Cel**  
Ordenador de Despesas do 4º GAAAE

**APÊNDICE I**  
**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Apêndice II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

**3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 3.1. São obrigações do Contratante:
- 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 3.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
  - 3.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (mês), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

3.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;



- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.15 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.18 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.20 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.21 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.22 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.1.23 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.24 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.25 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.26 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):
- 4.1.26.1. 4º Grupo de Artilharia Antiaérea, localizado no endereço Av. Duque de Caxias, nº 01 – Wenceslau Braz – Sete Lagoas/MG – CEP 35701-970;
  - 4.1.26.2. 12º Batalhão de Infantaria Leve Motorizado (12º BIL Mth), localizado no endereço Rua Tenente Brito Melo, s/nº – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte/MG – CEP 30180-070;
  - 4.1.26.3. Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/CMBH), localizado no endereço Avenida Marechal Esperidião Rosa, nº 400 – Bairro São Francisco – Belo Horizonte/MG – CEP 31255-000;
  - 4.1.26.4. Comando da 4ª Região Militar (Cmnd 4ª RM), localizado no endereço Avenida Raja Gabaglia, nº 450 – Bairro Gutierrez – Belo Horizonte /MG – CEP 30441-070; e
  - 4.1.26.5. 4ª Companhia de Comunicações Leve de Montanha (4ª Cia Com L Mth), localizada no endereço Avenida Perimetral Sul, nº 1065 – Bairro São Francisco – Belo Horizonte/MG – CEP 31255-040.
- 4.1.27 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.28 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.29 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.30 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.31 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.34 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.35 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.36 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.1.37 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.1.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites

máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.38 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.39 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.40 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.41 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## **5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

## **6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3 Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **7. DOS CASOS OMISSOS**

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **8. ALTERAÇÕES**

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. FORO**

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Sete Lagoas-MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**APÊNDICE II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90004/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

**4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**  
**(UG - GERENCIADORA 160127)**

**Planilha de Necessidades - Intenção de Registro de Preços – Manutenção e Instalação de Ar Condicionado e Compressores**

GRUPOS	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	4º RM Quantidade		CPOR/CM BH Quantidade		4º CIA COM L Quantidade		12 BIL Quantidade		4º GAA Ae Quantidade		QUANTIDADE MÁXIMA DO SERVIÇO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (R\$) - Preço Médio x Qtde Max	OBS
				MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX				
1	1	3492	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: DE LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO E REGULAGEM DAS CONEXÕES E PARAFUSOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO APARELHO AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL_7.000 A 12.000 BTUs / TENSÃO 127/220 V, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, MODELO PAREDE, MARCAS DIVERSAS	1	65	1	8	0	0	1	10	1	20	103	R\$ 558,72	R\$ 57.548,16	1, 2
	2	3492	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA: DE CARGA DE GÁS DEVIDO À PERDA DE GÁS REFRIGERANTE COM CORREÇÃO DO VAZAMENTO, ATRAVÉS DE SOLDA APROPRIADA NAS TUBULAÇÕES E/OU REAPERTO DAS CONEXÕES. DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PLACA ELETRÔNICA, E PLACA RECEPTORA, E MANUTENÇÃO E REPARO EM SERPENTINA EVAPORADORA EM SERPENTINA CONDENSADORA. COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NO APARELHO AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL_7.000 A 12.000 BTUs / TENSÃO 127/220 V, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, MODELO PAREDE, MARCAS DIVERSAS	1	65	1	8	0	0	1	10	1	20	103	R\$ 816,12	R\$ 84.060,36	
	3	2771	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: DE LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO E REGULAGEM DAS CONEXÕES E PARAFUSOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO APARELHO AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 A 18.000 BTUS QUENTE/ FRIO 220V,MARCAS DIVERSAS	1	95	1	8	2	3	1	18	1	10	134	R\$ 435,25	R\$ 58.323,50	1, 2
	4	2771	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA: DE CARGA DE GÁS DEVIDO À PERDA DE GÁS REFRIGERANTE COM CORREÇÃO DO VAZAMENTO, ATRAVÉS DE SOLDA APROPRIADA NAS TUBULAÇÕES E/OU REAPERTO DAS CONEXÕES. DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PLACA ELETRÔNICA, E PLACA RECEPTORA, E MANUTENÇÃO E REPARO EM SERPENTINA EVAPORADORA EM SERPENTINA CONDENSADORA. COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NO APARELHO AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 A 18.000 BTUS QUENTE/ FRIO 220V,MARCAS DIVERSAS	1	55	1	8	0	0	1	18	1	10	91	R\$ 865,23	R\$ 78.735,93	
	5	2771	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: DE LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO E REGULAGEM DAS CONEXÕES E PARAFUSOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO APARELHO AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, 18.000 A 30.000 BTUS, QUENTE/FRIO, 110/220V,MARCAS DIVERSAS.	1	55	1	14	0	0	1	24	1	10	103	R\$ 587,28	R\$ 60.489,84	1, 2
	6	2771	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA: DE CARGA DE GÁS DEVIDO À PERDA DE GÁS REFRIGERANTE COM CORREÇÃO DO VAZAMENTO, ATRAVÉS DE SOLDA APROPRIADA NAS TUBULAÇÕES E/OU REAPERTO DAS CONEXÕES. DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PLACA ELETRÔNICA, E PLACA RECEPTORA, E MANUTENÇÃO E REPARO EM SERPENTINA EVAPORADORA EM SERPENTINA CONDENSADORA. COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NO APARELHO AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, 18.000 A 30.000 BTUS, QUENTE/FRIO, 110/220V,MARCAS DIVERSAS.	1	55	1	14	0	0	1	24	1	10	103	R\$ 1.265,46	R\$ 130.342,38	
	7	2771	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: DE LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO E REGULAGEM DAS CONEXÕES E PARAFUSOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO APARELHO AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE DE 36.000 A 60.000 BTUS.110/220V, FUNÇÕES: FUNÇÃO SWING, TIMER, CONTROLE REMOTO, DISPLAY DIGITAL, FUNÇÃO SLEEP, MARCAS DIVERSAS.	1	55	1	6	0	0	1	24	1	3	88	R\$ 639,33	R\$ 56.261,04	1, 2
	8	2771	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA: DE CARGA DE GÁS DEVIDO À PERDA DE GÁS REFRIGERANTE COM CORREÇÃO DO VAZAMENTO, ATRAVÉS DE SOLDA APROPRIADA NAS TUBULAÇÕES E/OU REAPERTO DAS CONEXÕES. DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PLACA ELETRÔNICA, E PLACA RECEPTORA, E MANUTENÇÃO E REPARO EM SERPENTINA EVAPORADORA EM SERPENTINA CONDENSADORA. COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇASNO APARELHO AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE DE 36.000 A 60.000 BTUS.110/220V, FUNÇÕES: FUNÇÃO SWING, TIMER, CONTROLE REMOTO, DISPLAY DIGITAL, FUNÇÃO SLEEP, MARCAS DIVERSAS.	1	45	1	6	2	4	1	24	1	3	82	R\$ 1.390,79	R\$ 114.044,78	
<b>TOTAL GRUPO 1</b>															<b>R\$</b>	<b>639.805,99</b>	

GRUPOS	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	4º RM Quantidade		CPOR/CM BH Quantidade		4º CIA COM L Quantidade		12 BIL Quantidade		4º GAA Ae Quantidade		QUANTIDADE MÁXIMA DO SERVIÇO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (R\$) - Preço Médio x Qtde Max	OBS
				MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX				
	9		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 7.000 BTU/H.	1	35	1	10	0	0	0	0	1	10	55	R\$ 744,07	R\$ 40.923,85	

10	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 7.000 BTU/H.	1	35	1	8	0	0	0	0	1	10	53	R\$ 1.695,53	R\$ 89.863,09	1, 2
11	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 7.500 BTU/H.	1	35	1	8	0	0	0	0	1	10	53	R\$ 761,95	R\$ 40.383,35	1, 2
12		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 7.500 BTU/H.	1	35	1	8	0	0	0	0	1	10	53	R\$ 1.451,88	R\$ 76.949,64	
13	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 9000 BTU/H.	1	35	1	8	0	0	1	6	1	10	59	R\$ 748,22	R\$ 44.144,98	1, 2
14		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 9000 BTU/H.	1	35	1	8	0	0	1	6	1	10	59	R\$ 1.679,71	R\$ 99.102,89	
15	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTU/H.	1	65	1	8	0	0	0	0	1	15	88	R\$ 835,41	R\$ 73.516,08	1, 2
16		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTU/H.	1	65	1	8	0	0	0	0	1	15	88	R\$ 1.882,15	R\$ 165.629,20	
17	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTU/H.	1	55	1	8	1	3	1	18	1	3	87	R\$ 854,56	R\$ 74.346,72	1, 2
18		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTU/H.	1	55	1	4	1	3	1	18	1	3	83	R\$ 1.819,22	R\$ 150.995,26	
19	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 21.000 BTU/H.	1	45	1	6	0	0	0	0	1	3	54	R\$ 874,43	R\$ 47.219,22	1, 2
20		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 21.000 BTU/H.	1	45	1	6	0	0	0	0	1	3	54	R\$ 2.002,00	R\$ 108.108,00	
21		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTU/H.	1	41	1	10	0	0	0	0	1	3	54	R\$ 984,26	R\$ 53.150,04	

22	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTU/H.	1	39	1	10	0	0	0	0	1	3	52	R\$	2.513,42	R\$ 130.697,84	1, 2
23	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 26000 BTU/H.	1	25	1	2	0	0	0	0	1	3	30	R\$	1.451,88	R\$ 43.556,40	1, 2
24		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 26000 BTU/H.	1	25	1	10	0	0	0	0	1	3	38	R\$	2.698,09	R\$ 102.527,42	
25	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 30000 BTU/H.	1	45	1	2	0	0	1	6	1	3	56	R\$	1.290,03	R\$ 72.241,68	1, 2
26		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 30000 BTU/H.	1	84	1	2	0	0	1	6	1	3	95	R\$	2.900,04	R\$ 275.503,80	
27	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTU/H.	1	46	1	4	0	0	0	0	1	2	52	R\$	1.451,88	R\$ 75.497,76	1, 2
28		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTU/H.	1	48	1	4	0	0	0	0	1	2	54	R\$	3.083,07	R\$ 166.485,78	
29	2313	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUINDO INSPEÇÃO VISUAL, LIMPEZA, VERIFICAÇÃO E AJUSTE DE COMPONENTES (CORREIAS, CONEXÕES), VERIFICAÇÃO DE NÍVEL DE ÓLEO (SE APLICÁVEL) E TESTES DE FUNCIONAMENTO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 60.000 BTU/H - SPLIT.	1	35	0	0	0	0	1	18	1	1	54	R\$	1.520,02	R\$ 82.081,08	1, 2
30		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ABRANGENDO DIAGNÓSTICO DE FALHAS, REPARO DE VAZAMENTOS COM SOLDA/REAPERTO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS (ROLAMENTOS, SELOS, VÁLVULAS, COMPONENTES ELÉTRICOS, ETC.), REBOBINAMENTO (SE APLICÁVEL), CARGA DE GÁS REFRIGERANTE (QUANDO NECESSÁRIO) E TESTES PÓS-REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO DE 60.000 BTU/H - SPLIT.	1	35	0	0	0	0	1	18	1	1	54	R\$	3.546,74	R\$ 191.523,96	

[illegible]



3	32	2020	DEVIDAMENTE ISOLADAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS FABRICANTES, COM COMPRIMENTO DE ATÉ 20 METROS.TODA A TUBULAÇÃO E FIAÇÃO DEVE CORRER POR CANALETA COMPATÍVEL COM O VOLUME DOS MESMOS. DEVEM SER RIGOROSAMENTE SER OBSERVADOS ALÉM DAS NORMAS DE INSTALAÇÃO DO FABRICANTE DO PRODUTO EXPRESSAS NO MANUAL, AS RELATIVAS A LIGAÇÃO ELÉTRICA (NBR 5410) E DE REFRIGERAÇÃO (NBR 6675) PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 2 ANOS.	1	25	1	2	0	0	1	3	1	3		33	R\$ 2.493,50	R\$ 82.285,50	1, 2
	33	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE DE 24.000BTUS à 30.000 BTUS INCLUINDO AS LINHAS DE COBRE, DEVIDAMENTE ISOLADAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS FABRICANTES, COM COMPRIMENTO DE ATÉ 20 METROS.TODA A TUBULAÇÃO E FIAÇÃO DEVE CORRER POR CANALETA COMPATÍVEL COM O VOLUME DOS MESMOS. DEVEM SER RIGOROSAMENTE SER OBSERVADOS ALÉM DAS NORMAS DE INSTALAÇÃO DO FABRICANTE DO PRODUTO EXPRESSAS NO MANUAL, AS RELATIVAS A LIGAÇÃO ELÉTRICA (NBR 5410) E DE REFRIGERAÇÃO (NBR 6675) PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 2 ANOS.	1	25	0	0	0	0	1	3	1	3		31	R\$ 2.591,61	R\$ 80.339,91	1, 2
	34	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE DE 36.000BTUS, INCLUINDO AS LINHAS DE COBRE, DEVIDAMENTE ISOLADAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS FABRICANTES, COM COMPRIMENTO DE ATÉ 20 METROS. TODA A TUBULAÇÃO E FIAÇÃO DEVE CORRER POR CANALETA COMPATÍVEL COM O VOLUME DOS MESMOS. DEVEM SER RIGOROSAMENTE SER OBSERVADOS ALÉM DAS NORMAS DE INSTALAÇÃO DO FABRICANTE DO PRODUTO EXPRESSAS NO MANUAL, AS RELATIVAS A LIGAÇÃO ELÉTRICA (NBR 5410) E DE REFRIGERAÇÃO (NBR 6675) PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 2 ANOS.	1	20	0	0	0	0	0	0	1	3		23	R\$ 2.748,80	R\$ 63.222,40	1, 2
	35	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE DE 60.000BTUS, INCLUINDO AS LINHAS DE COBRE, DEVIDAMENTE ISOLADAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS FABRICANTES, COM COMPRIMENTO DE ATÉ 20 METROS. TODA A TUBULAÇÃO E FIAÇÃO DEVE CORRER POR CANALETA COMPATÍVEL COM O VOLUME DOS MESMOS. DEVEM SER RIGOROSAMENTE SER OBSERVADOS ALÉM DAS NORMAS DE INSTALAÇÃO DO FABRICANTE DO PRODUTO EXPRESSAS NO MANUAL, AS RELATIVAS A LIGAÇÃO ELÉTRICA (NBR 5410) E DE REFRIGERAÇÃO (NBR 6675) PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 2 ANOS.	1	20	0	0	0	0	1	5	1	2		27	R\$ 3.589,82	R\$ 96.925,14	1, 2

TOTAL GRUPO 3

R\$ 449.920,48

GRUPOS	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	4º RM Quantidade		CPOR/CM BH Quantidade		4º CIA COM L Quantidade		12 BIL Quantidade		4º GAA Ae Quantidade		QUANTIDADE MÁXIMA DO SERVIÇO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (R\$) - Preço Médio x Qtde Max	OBS
				MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX				
4	36	20796	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CÂMARA DE CONGELAMENTO - CARNES (ENTRE - 10°C A -18°C) CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 8,5 TONELADAS, MEDIDAS (CXLXH): 3,10 M X 3,10 M X 2,10 M, MOTOR: MODELO HJM064D20Q, VENTILADOR 220V 50/60HZ IPH FLA 2,6, COM FLUIDO REFRIGERANTE 134/404A, ÓLEO TIPO POLYOLESTER SERIAL KJ 180363221 MARCA DANFOSS 220V. SERVIÇOS DE REPARO DE UNIDADE CONDENSADORA 5,5 HP COMPACT; REPARO SEPARADOR DE ÓLEO 7/80DF; REPARO DE ACUMULADOR DE SUÇÃO 1 1/8 ODF; REPARO DE EVAPORADOR DE AR FORÇADOR DEGELO NATURAL 220/1; TROCA DO KIT DE RESISTÊNCIA F DELTA MODELO FI 119 A 189; REPARO EM VÁLVULA SOLENÓIDE E PRESSOSTATO; REPARO EM QUADRO DE COMANDO; CARGA DE GÁS REFRIGERANTE.	1	10	1	2	2	4	1	15	1	10	41	R\$ 7.148,02	R\$ 293.068,82	1, 2
	37	20796	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR DANFOSS 220V 60HZ 5,5HP ERA 135A RLA 20.5A PARA CÂMARA FRIGORÍFICA DE 220V.	1	10	1	2	2	4	1	15	1	10	41	R\$ 8.759,90	R\$ 359.155,90	1, 2
	38	20796	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CÂMARA DE RESFRIAMENTO - LEGUMES (ENTRE 4°C A 10°C). CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 8,5 TONELADAS. MEDIDAS (CXLXH): 3.50M X 2.50M X 2.10M. MOTOR: MODELO 2,0HP / 220V / MARCA: ELGIN: SERVIÇOS DE REPARO DE UNIDADE CONDENSADORA 2,0 HP COMPACT; REPARO DE EVAPORADOR DE AR FORÇADOR REPARO EM VÁLVULA SOLENÓIDE E PRESSOSTATO; REPARO EM QUADRO DE COMANDO; CARGA DE GÁS REFRIGERANTE.	1	10	1	4	2	4	1	15	1	10	43	R\$ 6.152,36	R\$ 264.551,48	1, 2
	39	20796	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NO COMPRESSOR COMPRESSOR 2,0 HP 220V 60Hz 3F R22 ELGIN PARA CÂMARA FRIGORÍFICA DE 220V.	1	10	1	2	2	4	1	15	1	10	41	R\$ 8.518,00	R\$ 349.238,00	1, 2

TOTAL GRUPO 4

R\$ 1.266.014,20

GRUPOS	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	4° RM Quantidade		CPOR/CM BH Quantidade		4° CIA COM L Quantidade		12 BIL Quantidade		4° GAA Ae Quantidade		QUANTIDADE MÁXIMA DO SERVIÇO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (R\$) - Preço Médio x Qtde Max	OBS
				MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	MAX				
5	40	627677	Tubo Cobre Tipo: Redondo , Aplicação: Ar Condicionado , Diâmetro Nominal: 1/2 POL	1	100	10	20	0	0	1	50	2	10	180	R\$ 28,32	R\$ 5.097,60	1, 2
	41	627679	Tubo Cobre Tipo: Redondo , Aplicação: Ar Condicionado , Diâmetro Nominal: 5/8 POL	1	100	10	20	0	0	1	50	2	40	210	R\$ 46,73	R\$ 9.813,30	
	42	627680	Tubo Cobre Tipo: Redondo , Aplicação: Ar Condicionado , Diâmetro Nominal: 3/4 POL	1	124	10	20	0	0	1	50	2	3	197	R\$ 52,41	R\$ 10.324,77	1, 2
	43	627678	Tubo Cobre Tipo: Redondo , Aplicação: Ar Condicionado , Diâmetro Nominal: 1/4 POL	1	124	10	20	0	0	1	50	2	10	204	R\$ 47,44	R\$ 9.677,76	
	44	388062	Gás Refrigeração Elemento Básico:Diversos ; T	1	130	10	26	0	0	1	30	2	10	196	R\$ 255,37	R\$ 50.052,52	1, 2
	45	2771	Serviço De Manutenção Preventiva APENAS De Limpeza, Higienização, Descontaminaçãode Dutos do sistema de Ar , No Aparelho Ar Condicionado Split Hi e Na Unidade Externa na Deso Wall_7.000 Até 60.000 Btus / Tensão 127/220 V, Frequência 50/60 Hz, Modelo Parede, Marcas Diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	40	R\$ 612,75	R\$ 24.510,00	
TOTAL GRUPO5															R\$	109.475,95	

TOTAL DO PREGÃO	R\$ 4.669.664,66
-----------------	------------------

LUCIANO  
PINHEIRO  
CARDOSO:0540  
7413701

Assinado de forma digital  
por LUCIANO PINHEIRO  
CARDOSO:05407413701  
Dados: 2026.03.05  
11:24:47 -03'00'

LUCIANO PINHEIRO CARDOSO - Ten Cel  
Ordenador de Despesas do 4° GAA Ae

Legenda de Justificativas:	
1	A demanda se fundamenta nas necessidades identificadas para a adequada manutenção dos sistemas de ar-condicionado e das câmaras frias da Organização Militar, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos, a preservação das condições ambientais e o suporte contínuo às atividades administrativas e operacionais. Ressalta-se que os serviços solicitados foram analisados e aprovados no planejamento interno da unidade, assegurando sua pertinência e o alinhamento às diretrizes estabelecidas para a operação, conservação e continuidade dos serviços essenciais.
2	Sem histórico de consumo. A demanda surge devido a previsibilidade de utilização.

## 4 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA

# Estudo Técnico Preliminar 160/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64540.006567/2025-21

## 2. Descrição da necessidade

**Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado e câmara fria com fornecimento de peças para o 4ºGAAAE e Unidades participantes da GCALC.**

O 4º Grupo de Artilharia Antiaérea é uma Organização Militar cuja missão é contribuir para a defesa aeroespacial do território nacional, assegurando a prontidão operacional das tropas e o adequado suporte às atividades administrativas e logísticas indispensáveis ao cumprimento de sua finalidade institucional. Nesse contexto, a adequada climatização dos ambientes de trabalho, alojamentos, áreas administrativas e operacionais constitui fator essencial para o desempenho das atividades desenvolvidas tanto no âmbito do 4º GAAAE quanto das Organizações Militares participantes da GCALC.

Os sistemas de ar-condicionado instalados nessas Organizações Militares desempenham papel fundamental na preservação das condições ambientais adequadas, contribuindo para o conforto térmico do efetivo, a conservação de equipamentos sensíveis e a manutenção da eficiência dos serviços administrativos e operacionais. Para tanto, torna-se indispensável a realização contínua e sistemática de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma a assegurar o pleno funcionamento, a confiabilidade e a vida útil dos equipamentos.

A demanda por esses serviços é permanente e exige planejamento adequado, considerando a diversidade de equipamentos, a intensidade de uso e a necessidade de resposta célere a eventuais falhas. A ausência de manutenção regular pode resultar em paralisações dos sistemas de climatização, aumento de custos com reparos emergenciais, redução da vida útil dos equipamentos e prejuízos às condições de trabalho, impactando negativamente a eficiência institucional.

Diante disso, a presente contratação tem por objetivo assegurar a prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, com fornecimento de peças e componentes necessários, atendendo às necessidades do 4º GAAAE e das Organizações Militares participantes da GCALC. A solução deverá contemplar serviços executados conforme normas técnicas vigentes, garantindo qualidade, segurança, eficiência energética e confiabilidade dos equipamentos.

Assim, a contratação proposta configura-se como medida essencial para a manutenção da infraestrutura predial e operacional das Organizações Militares envolvidas, contribuindo diretamente para a continuidade das atividades administrativas e operacionais, para o bem-estar do efetivo e para o cumprimento da missão institucional do Exército Brasileiro.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe do Setor Requisitante do 4ºGAAAE	VITOR VIEIRA RIBEIRO DA SILVA
Auxiliar do Setor Requisitante do 4ºGAAAE	IGOR FILLIPY FABIANO DO NASCIMENTO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Objeto da contratação:

A contratação deverá abranger a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado e câmaras frias, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais necessários à plena execução dos serviços.

### 4.2. Abrangência:

Os serviços deverão atender às instalações do 4º Grupo de Artilharia Antiaérea e das Organizações Militares participantes da GCALC, contemplando equipamentos de diferentes capacidades, modelos e fabricantes. Localizados nos seguintes endereços

- a. **4º Grupo de Artilharia Antiaérea**, localizado no endereço Av. Duque de Caxias, nº 01 – Wenceslau Braz – Sete Lagoas/MG – CEP 35701-970,
- b. **12º Batalhão de Infantaria Leve Motorizado (12º BIL Mth)**, localizado no endereço Rua Tenente Brito Melo, s/nº – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte/MG – CEP 30180-070;
- c. **Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/CMBH)**, localizado no endereço Avenida Marechal Esperidião Rosa, nº 400 – Bairro São Francisco – Belo Horizonte/MG – CEP 31255-000;
- d. **Comando da 4ª Região Militar (Cmdo 4ª RM)**, localizado no endereço Avenida Raja Gabaglia, nº 450 – Bairro Gutierrez – Belo Horizonte /MG – CEP 30441-070;
- e. **4ª Companhia de Comunicações Leve de Montanha (4ª Cia Com L Mth)**, localizada no endereço Avenida Perimetral Sul, nº 1065 – Bairro São Francisco – Belo Horizonte/MG – CEP 31255-040;

#### 4.3. Manutenção preventiva:

A manutenção preventiva será realizada periodicamente, conforme mediante necessidade e solicitação feita pela Administração. Os serviços de manutenção preventiva válidos para aparelhos de ar-condicionado e câmara fria, devem contemplar, no mínimo:

- I. Limpeza, inspeção e regulagem dos equipamentos;
- II. Verificação de funcionamento, desempenho e eficiência energética;
- III. Avaliação de componentes elétricos, mecânicos e eletrônicos;
- IV. Identificação preventiva de falhas e desgastes.

#### 4.5. Manutenção corretiva

A manutenção corretiva deverá ser executada sempre que identificadas falhas, defeitos ou mau funcionamento dos equipamentos. Sendo realizada mediante notificação da CONTRATANTE. Este serviço deverá compreender:

- I. Diagnóstico técnico;
- II. Reparo ou substituição de peças defeituosas;
- III. Restabelecimento das condições normais de operação no menor prazo possível.

#### 4.6. Fornecimento de peças:

A contratada deverá fornecer peças novas, originais ou compatíveis, conforme especificações do fabricante, assegurando qualidade, durabilidade e compatibilidade técnica com os equipamentos existentes.

- 4.6.1. O valor das peças, bem como custos inerentes a esta deverão estar inclusos no valor da prestação do serviço

#### 4.7. Qualificação técnica

A empresa contratada deverá possuir experiência comprovada na execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização e câmaras frias, bem como dispor de equipe técnica qualificada, habilitada e devidamente treinada.

- 4.7.1. Para habilitação e julgamento das propostas a CONTRATADA devesse comprovar através de certificações que possui capacidade de atender às demandas da Administração, bem como colocar a disposição um responsável técnico, certificado, para garantia da prestação do Serviço.

#### 4.7. Normas técnicas e segurança

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, recomendações dos fabricantes, normas de segurança do trabalho e boas práticas de manutenção, garantindo a integridade dos equipamentos e a segurança dos usuários.

#### 4.8. Prazo e atendimento

A contratada deverá atender às demandas de manutenção dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, garantindo resposta célere, especialmente em situações críticas que possam comprometer o funcionamento das atividades administrativas e operacionais.

- 4.8.1. Quando formalmente notificada para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá iniciar o atendimento às demandas de **manutenção preventiva e/ou corretiva de câmara fria** no prazo máximo de **12 (doze) horas**, contadas a partir do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**, considerando a criticidade, sensibilidade e relevância desse equipamento para a conservação de insumos e a continuidade das atividades da Organização Militar.

- 4.8.2. Quando formalmente notificada para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá iniciar o atendimento às demandas de **manutenção preventiva e/ou corretiva de aparelhos de ar-condicionado** no prazo máximo de **72 (setenta e duas ) horas**, contadas a partir do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

- 4.8.3. Para fins de cumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens 4.8.1 e 4.8.2, considera-se **início do atendimento a presença de profissional técnico habilitado da CONTRATADA nas instalações da CONTRATANTE**, devidamente identificado, com os meios, ferramentas e equipamentos necessários para a realização do diagnóstico e execução dos serviços de manutenção demandados, independentemente do tempo total necessário para a conclusão do serviço.

#### **4.9. Garantia dos serviços**

Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia mínima, conforme legislação vigente e práticas de mercado, assegurando confiabilidade e suporte pós-serviço.

4.9.1. A CONTRATADA poderá ser acionada, a qualquer tempo, para prestar esclarecimentos técnicos sobre os serviços executados, bem como para adotar novas medidas corretivas ou complementares, sempre que identificada a necessidade pela CONTRATANTE, no âmbito da execução contratual.

4.9.2. A CONTRATADA é integralmente responsável por fornecer garantia dos serviços executados e das peças eventualmente utilizadas, nos termos da legislação vigente, respondendo por quaisquer vícios, defeitos ou falhas decorrentes da execução dos serviços ou da qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a realizar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, os reparos, substituições ou correções que se fizerem necessários durante o período de garantia legal ou contratual.

#### **4.10. Logística**

Para fins de viabilidade logística, economicidade e celeridade no acionamento dos serviços, a CONTRATADA deverá possuir sede no Estado de Minas Gerais ou, caso esteja estabelecida em outra unidade federativa, manter filial regularmente constituída e operacional no Estado de Minas Gerais, com capacidade técnica, administrativa e operacional para atendimento integral das demandas da Administração.

4.10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, por meio de documentação idônea, sua capacidade técnica, operacional e logística para atender às demandas da Administração dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, considerando a distância física entre sua sede ou filial e as instalações da CONTRATANTE, incluindo a disponibilidade de equipe técnica, meios de transporte, ferramentas e estrutura necessária para o pronto atendimento.

Adicionalmente, a CONTRATADA deverá estar localizada em um raio máximo de 90 (noventa) km da cidade de Belo Horizonte/MG, exigência esta tecnicamente justificada pela necessidade de pronto atendimento, especialmente em situações de manutenção corretiva de caráter emergencial, considerando a criticidade do equipamento de câmara fria para a preservação de insumos, o conforto térmico das instalações e a continuidade das atividades da Organização Militar.

A exigência de proximidade geográfica visa, ainda, assegurar o cumprimento dos prazos máximos de atendimento estabelecidos neste Estudo Técnico, não se caracterizando como restrição indevida à competitividade, mas como condição necessária e proporcional à adequada execução do objeto contratado.

#### **4.11. Outras considerações:**

Poderão participar deste certame, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta aquisição e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG no 2, de 2010.

Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

Como condição para participação do certame, o interessado assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar no 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Conforme a legislação que rege a matéria, as contratações públicas, sejam elas decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de adequada estimativa dos seus custos. Tanto a Lei no 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei no 10.520/2002 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **5.1. ANÁLISE DE SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO**

Para atendimento da demanda apresentada pelo 4º GAAAE e pelas Organizações Militares vinculadas ao GCALC, é possível identificar, no mercado, **quatro soluções principais** para a gestão da manutenção de sistemas de climatização:

#### **5.1.1. Execução direta pela Administração (mão de obra própria)**

Consiste na realização dos serviços por militares ou servidores do próprio quadro.

**Vantagens:**

- Maior controle direto sobre a execução;
- Possível redução de custos em longo prazo (em cenários estruturados).

**Desvantagens:**

- Necessidade de **formação técnica especializada contínua**;
- Elevado custo de capacitação e atualização tecnológica;
- Necessidade de aquisição de ferramentas, equipamentos e insumos;
- Risco de descontinuidade do serviço por movimentação de pessoal;
- Baixa eficiência diante da complexidade e diversidade dos equipamentos.

**Conclusão:** No caso concreto, essa solução é **inviável**, diante da ausência de mão de obra qualificada e da impossibilidade momentânea de capacitação, além do risco à continuidade do serviço.

**5.1.2. Capacitação interna de pessoal (treinamento e especialização)**

Consiste na formação de equipe própria por meio de cursos técnicos.

**Vantagens:**

- Desenvolvimento de capacidade interna;
- Redução de dependência externa no longo prazo.

**Desvantagens:**

- **Alto custo inicial** (cursos, certificações, equipamentos);
- Tempo elevado para formação adequada;
- Necessidade de atualização constante frente à evolução tecnológica;
- Não resolve a demanda **imediate e contínua**.

**Conclusão:** Embora desejável como estratégia de longo prazo, **não atende à urgência e à complexidade atual da demanda**.

**5.1.3. Contratação pontual (sob demanda – apenas corretiva)**

Modelo em que a Administração contrata serviços apenas quando ocorrem falhas.

**Vantagens:**

- Menor custo imediato;
- Flexibilidade de contratação.

**Desvantagens:**

- Atuação reativa e não preventiva;
- **Maior custo global** com reparos emergenciais;
- Risco de paralisações operacionais;
- Redução da vida útil dos equipamentos.

A literatura técnica demonstra que a manutenção apenas corretiva gera maior custo e imprevisibilidade, pois os reparos emergenciais tendem a ser mais caros e ocorrem com interrupções inesperadas.

**Conclusão:** Solução **ineficiente e antieconômica**, incompatível com o princípio da eficiência.

**5.1.4. Contratação de empresa especializada (manutenção preventiva + corretiva contínua)**

Modelo que envolve prestação continuada de serviços técnicos, com planejamento, rotinas periódicas e atendimento emergencial.

**Vantagens:**

- Execução por profissionais qualificados;
- Planejamento sistemático da manutenção;
- Redução de falhas e paralisações;
- Aumento da vida útil dos equipamentos;
- Maior eficiência energética e economia de recursos;
- Previsibilidade orçamentária.

A manutenção preventiva combinada com a corretiva permite:

- evitar falhas inesperadas;
- reduzir custos com reparos emergenciais;
- prolongar a vida útil dos equipamentos;
- melhorar a eficiência energética e a qualidade do ambiente.

Além disso, a manutenção programada possibilita atuação antecipada, reduzindo riscos operacionais e custos futuros.

**Conclusão:** Trata-se da solução **mais eficiente, moderna e alinhada às boas práticas de gestão pública e engenharia de manutenção**.

## 5.2. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO MAIS VANTAJOSA

À luz da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público**, a contratação de empresa especializada se revela a alternativa mais vantajosa pelos seguintes fundamentos:

### 5.2.1. Atendimento ao princípio da eficiência

A execução por empresa especializada garante maior qualidade técnica e confiabilidade dos serviços, evitando falhas e assegurando o pleno funcionamento dos sistemas de climatização — essenciais à missão do 4º GAAAE.

### 5.2.2. Economicidade (custo global menor)

Embora possa haver custo contratual contínuo, o modelo:

- reduz despesas com reparos emergenciais;
- evita substituição precoce de equipamentos;
- diminui consumo de energia;

Estudos técnicos indicam que a manutenção preventiva reduz significativamente custos ao evitar intervenções corretivas mais caras.

### 5.2.3. Planejamento e previsibilidade

A contratação contínua permite:

- programação das manutenções;
- controle orçamentário;
- redução de riscos operacionais;

Isso está em consonância com a fase de planejamento exigida pela Lei nº 14.133/2021.

### 5.2.4. Continuidade do serviço público

Evita paralisações que poderiam:

- comprometer atividades operacionais;
- afetar o conforto e a saúde do efetivo;
- prejudicar equipamentos sensíveis.

A manutenção preventiva reduz significativamente o risco de falhas inesperadas.

### 5.2.5. Adequação técnica e normativa

Empresas especializadas:

- seguem normas técnicas;
- executam PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle);
- garantem conformidade com legislações sanitárias e técnicas.

### 5.2.6. Racionalização administrativa

Permite que a Organização Militar concentre seus esforços na atividade-fim (defesa aeroespacial), terceirizando atividade acessória de natureza técnica.

## 5.3. CONCLUSÃO

Dentre as soluções disponíveis no mercado, a **contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização** revela-se:

- **a mais eficiente**, por garantir desempenho técnico adequado;
- **a mais econômica**, considerando o custo global do ciclo de vida dos equipamentos;
- **a mais segura**, por reduzir riscos operacionais;

- **a mais adequada juridicamente**, por atender aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Assim, resta plenamente justificada a escolha da Administração Pública, evidenciando-se que a solução adotada não apenas atende ao interesse público, mas também representa a **alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e jurídico**.

## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1.** A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado e câmara fria**, com **fornecimento de peças**, destinados a atender às necessidades do **4º Grupo de Artilharia Antiaérea e das Organizações Militares participantes**, assegurando o adequado funcionamento dos equipamentos, a continuidade das atividades administrativas e operacionais, bem como condições adequadas de conforto térmico e conservação de insumos.

**6.2.** A **CONTRATADA** deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de forma técnica e especializada, em conformidade com as **especificações estabelecidas**, observando as **normas técnicas aplicáveis**, recomendações dos fabricantes e boas práticas de manutenção. As **peças e componentes eventualmente fornecidos** deverão ser **novos, de primeiro uso, originais ou compatíveis**, de qualidade comprovada e acompanhados de **garantia mínima**, conforme legislação vigente ou especificação do fabricante.

**6.3.** A execução dos serviços deverá contemplar equipamentos de diferentes modelos, capacidades e tecnologias instalados nas dependências da Organização Militar, exigindo que a **CONTRATADA** disponha de **estrutura técnica, equipe qualificada, ferramentas adequadas e logística compatível** para atendimento tempestivo das demandas. A empresa deverá garantir a realização dos serviços dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, assegurando a **continuidade do funcionamento dos sistemas de climatização e refrigeração**.

**6.4.** Todos os custos relacionados à execução dos serviços, incluindo **mão de obra, deslocamento, fornecimento de peças, materiais, ferramentas, equipamentos, testes, ajustes, substituições por defeito ou inconformidade**, bem como quaisquer encargos necessários ao pleno cumprimento do objeto, deverão estar **integralmente incluídos nos preços ofertados**. A **CONTRATADA** será responsável pela correção imediata de falhas, defeitos ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, **sem ônus adicional para a Administração**.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades para esta contratação encontram-se detalhadas na Planilha de Necessidades, anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

7.2. As estimativas de valores fundamentam-se nas necessidades identificadas para a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e câmara fria da Organização Militar, visando assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos, o conforto térmico das instalações, a conservação de insumos e a continuidade das atividades administrativas e operacionais. Ressalta-se que os serviços demandados foram analisados e aprovados no planejamento anual da Organização Militar, assegurando sua pertinência e alinhamento às diretrizes institucionais estabelecidas. As quantidades estimadas contemplam todas as Organizações Militares participantes da GCALC, considerando a demanda global e a necessidade de atendimento uniforme às unidades integrantes.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 413.417,86

8.1. O valor estimado para essa contratação é de **R\$ 413.417,86 (Quatrocentos e treze mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos.)**, conforme custos unitários expostos na Planilha de Necessidades anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optar pelo não parcelamento da solução

**9.1.** Opta-se pelo **não parcelamento da solução**, com fundamento no inciso I do § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite a contratação em lote único quando o fracionamento se mostrar técnica ou economicamente desvantajoso para a Administração.

**9.2.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado e câmaras frias, aliados ao fornecimento de peças, configuram um **conjunto operacional único e integrado**, no qual diagnóstico, intervenção técnica e substituição de componentes estão diretamente interligados. O parcelamento poderia comprometer a eficiência, gerar incompatibilidades técnicas e dificultar a responsabilização pelos serviços executados.



**9.3.** A adjudicação do objeto a um único contratado possibilita **padronização dos procedimentos de manutenção**, maior controle técnico, redução de custos administrativos, agilidade no atendimento e mitigação de riscos operacionais, especialmente em ambientes essenciais ao funcionamento das Organizações Militares participantes da GCALC, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se verifica contratações correlatas, nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado e câmara fria, encontram-se previstos no Plano Anual de Contratações da Organização Militar, estando alinhada ao planejamento institucional e às necessidades identificadas para o exercício, em conformidade com as diretrizes administrativas vigentes.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado e câmaras frias, com fornecimento de peças, assegurará a continuidade e a confiabilidade do funcionamento desses equipamentos nas instalações do 4º Grupo de Artilharia Antiaérea e das Organizações Militares participantes da GCALC, garantindo condições adequadas de climatização e conservação em apoio às atividades administrativas, operacionais e logísticas.

A execução periódica da manutenção preventiva contribuirá para a redução de falhas, o aumento da vida útil dos equipamentos e a diminuição de paradas inesperadas, promovendo maior eficiência operacional e previsibilidade na utilização dos sistemas. A manutenção corretiva, por sua vez, permitirá o restabelecimento célere do funcionamento dos equipamentos, minimizando impactos negativos nas rotinas das Organizações Militares atendidas.

A contratação também favorecerá a padronização dos procedimentos técnicos, o controle da qualidade dos serviços prestados e a melhoria da gestão contratual, com clara definição de responsabilidades. Ademais, contribuirá para a redução de riscos operacionais e para o melhor aproveitamento dos recursos públicos, ao evitar manutenções emergenciais e custos elevados decorrentes de falhas graves, apoiando diretamente o cumprimento da missão institucional das Organizações Militares.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não há providências adicionais a serem destacadas neste momento, uma vez que a contratação poderá ser realizada com base nos procedimentos administrativos e operacionais já estabelecidos, não demandando ações prévias específicas para sua viabilização.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica impactos ambientais dignos de nota, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental abordados na IN01 /2010-SLTI/MPOG

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que há oferta suficiente no mercado de empresas especializadas aptas à execução dos serviços, com tecnologia e capacidade compatíveis com as necessidades das Organizações Militares. Além disso, a solução atende ao planejamento institucional, assegura a continuidade dos serviços essenciais e observa os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho favorável à continuidade do processo, considerando a viabilidade técnica e econômica da contratação e a necessidade de assegurar a manutenção adequada dos sistemas de climatização.

**VITOR VIEIRA RIBEIRO DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 15:46:41.*

**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**

Processo Administrativo nº **64540.006567/2025-21**  
Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O(A) **4º Grupo de Artilharia Antiaérea**, com sede no(a) **Avenida Duque de Caxias, nº 1, na cidade de Sete Lagoas/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.622.067/0001-32**, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas **LUCIANO PINHEIRO CARDOSO**, nomeado(a) pela **Portaria C Ex nº 730, de 23 de maio de 2024**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, considerando o julgamento da **licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90003/2026**, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº 64540.006567/2025-21, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado e manutenção preventiva e corretiva de câmara de congelamento, com fornecimento de peças componentes e acessórios novos e originais, e compra de tubo de cobre e gás para o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea e as Unidades Participantes do GCALC da guarnição de Belo Horizonte/ Sete Lagoas– MG**, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do **edital de licitação** nº 90003/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <b>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</b>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
1 ao 44	12º BIL Mth	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR
1 ao 44	4º Cia Com L Mth	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR
1 ao 44	4ª RM	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR
1 ao 44	CMBH/CPORBH	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR	Conforme Planilha de necessidades preventiva e corretiva anexo ao TR

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de

despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **edital** e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à

Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas



hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E  
CONTRATAÇÃO DIRETA****MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**(Processo Administrativo nº **64540.006567/2025-21**)CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E

.....

A **União**, por intermédio do(a) **4º Grupo de Artilharia Antiaérea**, com sede no(a) **Avenida Duque de Caxias, nº 1, na cidade de Sete Lagoas/MG**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.622.067/0001-32**, neste ato representado(a) pelo(a) **Ordenador de Despesas LUCIANO PINHEIRO CARDOSO**, nomeado(a) pela Portaria **C Ex nº 730, de 23 de maio de 2024**, publicada no **DOU** de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **64540.006567/2025-21** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90003/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado e manutenção preventiva e corretiva de câmara de congelamento, com fornecimento de peças componentes e acessórios novos e originais, e compra de tubo de cobre e gás para o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea e as Unidades Participantes do GCALC da guarnição de Belo Horizonte/ Sete Lagoas– MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

<b>3</b>						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação;*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):*

9.35.1. 4º Grupo de Artilharia Antiaérea (4º GAAAE) – UGG: Av. Duque de Caxias, nº 01, Bairro Wenceslau Brás, CEP: 35701-970, Sete Lagoas-MG. Telefones: (31) 3508-9745 e/ou 3508-9745. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:30 às 11:00 e das 13:30 às 15:30 horas e sexta-feira das 08:30 às 11:00 horas.

9.35.2. Comando da 4ª Região Militar (Cmnd 4ª RM) – UGP: Av. Raja Gabaglia, nº450, Bairro Gutierrez, CEP: 30441-070, Belo Horizonte-MG. Telefones: (31) 3326-4919, 3508-9500. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas.

9.35.3. 12º Batalhão de Infantaria Leve (12º BIL) – UGP: Rua Tenente Brito Melo, s/n, Bairro Barro Preto, CEP: 30180-470, Belo Horizonte-MG. Telefones: (31) 3291-7996, 3295-4088. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas.

9.35.4. 4ª Companhia de Comunicações Leve (4ª Cia Com L) – UGP: Av. Perimetral Sul, nº 1200, Bairro São Francisco, CEP: 31255-040, Belo Horizonte-MG. Telefones: (31) 3441-3433, 3443-1770. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas.

9.35.5. Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte – UGP: Av. Marechal Esperidião Rosas, número 400, Bairro São Francisco, Belo Horizonte - CEP 31255-000 - Minas Gerais. Telefone: (31) 3326-4972. Horário de funcionamento: Segunda a Quinta-feira no período das 07:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas e sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas.

9.36. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.37. *Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.*

9.37.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

## **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado,*



*a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

- 13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 13.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*  
*e*
- 13.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.8.3. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

ANEXO IV – IMR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
(Processo Administrativo nº 64540.006567/2025-21)

“MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)  
(Avaliação da qualidade dos serviços)

Indicador	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações”	

Sete Lagoas – MG, 4 de maio de 2026.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
Processo Administrativo nº 64540.006567/2025-21**

**ANEXO V**

**“DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

**TERMO DE VISTORIA DAS INSTALAÇÕES**

Na forma do **item 4.5. do Anexo I – Termo de Referência do Edital, combinado ao § 3º do artigo 67 da Lei nº 14.133/21**, declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, atrás do Sr(a) \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da licitação em epígrafe, através de vistoria no local onde serão executados os respectivos serviços objeto do edital em epígrafe, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes.

Sete Lagoas, MG, de de 2026.

**Nome - Posto/grad**  
Função

**Ciente:**

**Assinatura:**

**TELEFONE: (    )**  
**E MAIL:**

OBS: A visita técnica estará suprida mediante a apresentação de DECLARAÇÃO do licitante de que o TERMO DE REFERÊNCIA é suficiente para transmitir todas as informações necessárias para o fiel cumprimento do objeto contratado.”



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
1ª BRIGADA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA  
4º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
Processo Administrativo nº 64540.006567/2025-21**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA**

*Nome da empresa:*

*Representante legal:*

*CNPJ:*

*Endereço:*

*Tel:*

*e-mail:*

*Identidade nr:*

Declaro que a empresa supracitada renuncia a vistoria técnica e tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, objeto do Pregão 90004/2026 – UASG 160127, que o Termo de Referência possui os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esse órgão gerenciador, com as Unidades Vinculadas e Órgãos participantes.

*(município-UF), de de 2026.*

**Nome do representante da empresa  
Função"**